

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SP001130/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/04/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002782/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 47998.002914/2008-59
DATA DO PROTOCOLO: 19/03/2008

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS DE CAMPINAS E REGIAO, CNPJ 46.070.678/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MELQUIADES DE ARAUJO, CPF n. 133.814.318-20;

E

VIRMONT- PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, CNPJ n. 04.017.172/0001-29, neste ato representado(a) por seu Gerente, Sr(a). VALDECI DE JESUS BESSON, CPF n. 045.859.728-70;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 21 de fevereiro de 2008 a 20 de fevereiro de 2009 e a data-base da categoria em 01 de setembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a (s) categoria(s) **do setor de produtos iofilizados do ramo da alimentação.**, com abrangência territorial em **Valinhos/SP**.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE,
FALTAS
COMPENSAÇÃO DE JORNADA****CLÁUSULA TERCEIRA - DO BANCO DE HORAS**

1- As partes estabelecem a jornada flexível de trabalho, de modo a permitir que a empresa ajuste o potencial da mão de obra à demanda do mercado consumidor.

2 - A empresa fixará, com antecedência mínima de 48 horas(salvo em casos de emergência), os dias da semana em que haverá trabalho, bem como a sua duração e forma de cumprimento diário, podendo abranger todos ou apenas parte dos empregados do estabelecimento.

Paragrafo único - As alterações não podem prejudicar o direito dos empregados quanto aos intervalos de alimentação, períodos de descansos entre duas jornadas diárias de trabalho e repouso semanal.

3- Não obstante a adoção da flexibilização da jornada, o cálculo da remuneração dos empregados permanece sobre 44 horas semanais.

4- O banco de horas, formado pelos créditos e débitos da jornada flexível, será disciplinado da seguinte forma:

Parágrafo primeiro - Trabalho além das 44 horas semanais - conversão em folgas remuneradas, na proporção de 01 hora de trabalho, por 01 hora de descanso para as duas primeiras horas diárias de extensão da jornada. 02 (duas) horas de descanso para cada hora subsequente, ou seja, acréscimo de 100%, com exceção dos feriados, domingos e folgas semanais, quando convertidas, será de 01 hora de trabalho por 02 horas de descanso, ou seja, acrescidas de 100%.

Parágrafo segundo - Horas pagas e não trabalhadas na semana - compensação na oportunidade que a empresa determinar, sem direito a qualquer tipo de remuneração, salvo adicional noturno, caso ocorra no referido período.

Parágrafo terceiro - Quando o empregado precisar faltar, atrasar ou ausentar-se do serviço, as horas poderão ser computadas no saldo de banco de horas. Caso não haja consenso, caberá ao sindicato intermediar a negociação.

Parágrafo Quarto - Sempre que possível, a empresa evitará a compensação de horas em domingos, feriados e folgas semanais. Se houver compensação de horas aos domingos, fica determinado que não poderá ser por mais de 02 (dois) domingos subsequentes, ou seja, obrigatoriamente deverá haver descanso no terceiro domingo, sob pena de pagamento dessas horas como extras e respectivos percentuais.

Parágrafo quinto - A empresa informará, mensalmente nos cartões de ponto dos empregados, o número de horas convertidas para banco de horas e ficará nos quadros de avisos, mensalmente, relação dos funcionários e respectivos saldos acumulados e holerites.

Parágrafo sexto - Durante a vigencia deste instrumento, as horas extraordinárias realizadas, não poderão ultrapassar o limite máximo de 110 (cento e dez horas) acumuladas. As horas excedentes a este limite, serão devidamente pagas, com os adicionais de horas extras, previstos em Acordo Coletivo da data base no mês em que ultrapassar este limite.

Parágrafo sétimo - As horas extraordinárias, realizadas em dias de folgas superiores à jornada normal diária, serão devidamente pagas conforme adicionais de horas extras previstos no acordo coletivo da data base.

5- Ocorrendo demissão do empregado, a empresa deverá pagar, junto com as demais verbas rescisórias, o saldo credor de horas, aplicando-se o percentual de trabalho extarordinário vigente da CCT.

Paragrafo único - o Saldo devedor será assumido, em sua totalidade, pela empresa, quando da ruptura do contrato de trabalho se der por iniciativa da empregadora. Caso a ruptura ocorra por motivo de justa causa, ensejarão o desconto das horas físicas em sua totalidade no acerto das verbas rescisórias.

6- O eventual saldo positivo que porventura venha a existir no prazo de 180 dias a contar de 21 de fevereiro de 2008, serão liquidados pela empresa na folha de pagamento de 31 de agosto de 2008, com os acréscimos de horas extras acordados na CCT.

7- O eventual saldo negativo que porventura venha a existir no prazo de 180 dias a contar de 21 de fevereiro de 2008, serão transferidos para o semestre seguinte, na proporção de apenas 50%(cinquenta por cento) deste saldo.

8- Ao final do presente acordo, o saldo negativo ou positivo de horas que porventura venha a existir, será

5- Ao final do presente acordo, o saldo negativo ou positivo de horas que porventura venha a existir, será regularizado pela empresa nos 30(trinta) dias subsequentes.

CLÁUSULA QUARTA - MULTA

as partes estabelecem uma multa de 20% do piso da categoria em caso de descumprimento de qualquer cláusula deste acordo, podendo ser cumulativa, a favor da parte prejudicada.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRA-PARTIDA

1 - A empresa oferece em contrapartida ao acordo de banco de horas, estabilidade no emprego ou salário pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, somente para dispensas que porventura vier a ocorrer a partir da data de 10 de março de 2008, não estando sujeito a esta cláusula colaboradores dispensados anterior a esta data, mesmo com aviso previo indenizado.

2 - Caso haja dispensa de trabalhadores em massa e imotivadamente, o sindicato denunciará o presente acordo e o mesmo será automaticamente encerrado, devendo o saldo de horas ser apurado e pagos como horas extras, caso existam horas a favor do empregado e caso existam horas negativas, estas serão assumidas em sua totalidade pela empresa, sem nenhum desconto aos empregados.

CLÁUSULA SEXTA - FORO

As partes estabelecem o foro da Justiça do trabalho e suas instâncias para dirimirem eventuais dúvidas ou descumprimentos deste acordo.

MELQUIADES DE ARAUJO

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE ALIMENTACAO E AFINS DE CAMPINAS E REGIAO

VALDECI DE JESUS BESSON

Gerente

VIRMONT- PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.